

Concessionária  
do Sistema  
Anhanguera-  
Bandeirantes S.A.

**Demonstrações Financeiras  
Intermediárias Referentes ao  
Semestre Findo em 30 de Junho  
de 2017**



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,  
**Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.**  
Jundiaí - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

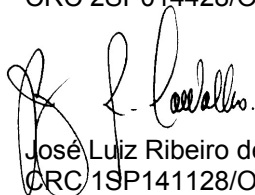
As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Valores correspondentes**

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 03 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de agosto de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho  
CRC 1SP141128/O-2

## Índice

### DFs Individuais

Balanco Patrimonial Ativo	1
Balanco Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	18
<b>Pareceres e Declarações</b>	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42





**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	3.916.940	3.971.797
1.01	Ativo Circulante	266.424	409.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.438	252.493
1.01.03	Contas a Receber	124.675	124.461
1.01.03.01	Clientes	124.675	124.461
1.01.03.01.01	Contas a receber	123.278	123.302
1.01.03.01.02	Contas a receber com Partes relacionadas	1.397	1.159
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.047	6.023
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.047	6.023
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.537	6.152
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.727	20.351
1.01.08.03	Outros	24.727	20.351
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.585	4.583
1.01.08.03.02	Outros créditos	355	167
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	19.188	15.397
1.01.08.03.04	Adiantamento a fornecedores	599	204
1.02	Ativo Não Circulante	3.650.516	3.562.317
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.453.819	1.349.160
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	911	964
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.231	1.060
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.451.677	1.347.136
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outras	2.165	2.481
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1.280.234	1.190.328
1.02.01.09.05	Outros créditos	0	8
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	169.258	154.299
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	20	20
1.02.03	Imobilizado	80.558	91.874
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	68.023	77.749
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.535	14.125
1.02.04	Intangível	2.116.139	2.121.283
1.02.04.01	Intangíveis	2.116.139	2.121.283



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	3.916.940	3.971.797
2.01	Passivo Circulante	1.568.952	882.885
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.630	15.023
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.891	2.101
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.739	12.922
2.01.02	Fornecedores	24.293	33.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.244	33.763
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	49	91
2.01.03	Obrigações Fiscais	66.765	94.720
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.355	85.034
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	49.382	76.571
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	7.973	8.463
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.410	9.686
2.01.03.03.02	ISS a recolher	9.410	9.686
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.384.912	602.805
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	168.599	13.773
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5	7.712
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	168.594	6.061
2.01.04.02	Debêntures	1.216.313	589.032
2.01.05	Outras Obrigações	62.413	87.150
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.269	19.106
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	20.269	19.106
2.01.05.02	Outros	42.144	68.044
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.662	2.719
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.272	5.988
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	34.210	59.337
2.01.06	Provisões	15.939	49.333
2.01.06.02	Outras Provisões	15.939	49.333
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	15.939	49.333
2.02	Passivo Não Circulante	1.683.244	2.601.528
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.206.761	2.140.198
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	161.862
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	161.862
2.02.01.02	Debêntures	1.206.761	1.978.336
2.02.02	Outras Obrigações	281.443	282.338
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	270.522	269.217
2.02.02.02	Outros	10.921	13.121
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	10.921	11.558
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	0	1.563
2.02.03	Tributos Diferidos	162.401	145.168
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	162.401	145.168
2.02.04	Provisões	32.639	33.824
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.639	31.049
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	32.639	31.049
2.02.04.02	Outras Provisões		2.775



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	0	2.775
2.03	Patrimônio Líquido	664.744	487.384
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	105.884	240.634
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	56.534	191.284
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	312.110	0



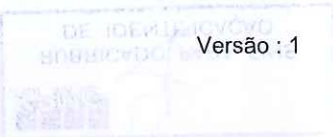


## DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	522.465	1.023.875	467.456	925.289
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-176.742	-344.758	-158.428	-310.731
3.02.01	Custo de construção	-34.758	-66.087	-24.066	-42.853
3.02.02	Provisão de manutenção	-4.033	-7.672	-11.160	-18.564
3.02.03	Depreciação e amortização	-45.222	-86.920	-41.524	-81.069
3.02.04	Custo de outorga	-47.785	-95.281	-45.635	-92.382
3.02.05	Serviços	-18.395	-37.259	-16.101	-29.602
3.02.06	Custo com pessoal	-17.695	-34.633	-15.760	-31.104
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.679	-9.080	-3.618	-7.946
3.02.08	Outros	-4.175	-7.826	-564	-7.211
3.03	Resultado Bruto	345.723	679.117	309.028	614.558
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.308	-58.019	-25.923	-46.006
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.860	-56.112	-26.606	-47.150
3.04.02.01	Serviços	-15.870	-29.573	-12.255	-24.619
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-7.928	-12.947	-5.201	-10.463
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-196	-369	-184	-356
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.167	-2.349	-1.419	-2.771
3.04.02.05	Outros	-4.699	-10.874	-7.547	-8.941
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	857	1.525	762	1.240
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.305	-3.432	-79	-96
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	313.415	621.098	283.105	568.552
3.06	Resultado Financeiro	-66.950	-148.964	-88.445	-172.884
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	246.465	472.134	194.660	395.668
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83.769	-160.024	-65.794	-133.847
3.08.01	Corrente	-67.005	-142.791	-62.968	-130.653
3.08.02	Diferido	-16.764	-17.233	-2.826	-3.194
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	162.696	312.110	128.866	261.821
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	162.696	312.110	128.866	261.821





**DFs Individuais / Demonstração do Resultado**

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,92969	1,78349	0,73638	1,49612
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,92969	1,78349	0,73638	1,49612



## DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	162.696	312.110	128.866	261.821
4.03	Resultado Abrangente do Período	162.696	312.110	128.866	261.821





**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	417.028	429.549
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	597.964	553.707
6.01.01.01	Lucro líquido do período	312.110	261.821
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.233	3.194
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	2.292	2.328
6.01.01.04	Depreciação e amortização	89.269	83.840
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	3.533	96
6.01.01.06	Variação Cambial s/ Empréstimos, Financiamento	1.280	-11.165
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést. e financ.	130.630	157.544
6.01.01.09	Juros e vari.monet. s/mútuo c/partes relacion.	16.028	19.028
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-444	-104
6.01.01.12	Constituição (Rev.) e Juros s/riscos cíveis	5.656	4.065
6.01.01.13	Constituição(reversão) da provisão de manutenção	7.672	18.564
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.697	3.522
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-6.135	-5.095
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	17.143	16.069
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-180.936	-124.158
6.01.02.01	Contas a receber com clientes	468	-533
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-409	3.064
6.01.02.03	Tributos a recuperar	976	3.084
6.01.02.04	Despesas antecipadas e Outras	2.804	3.363
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outorga fixa	-92.200	-76.981
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-395	-323
6.01.02.07	Fornecedores	-9.561	-6.501
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-3.257	326
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-393	-901
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	138.045	120.681
6.01.02.11	Pagamento com IR e CS	-166.000	-153.492
6.01.02.12	Obrigações com o Poder concedente	-57	-209
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-45.538	-10.002
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-1.353	-2.581
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-4.066	-3.153
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.213	-42.259
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-5.144	-2.611
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-59.069	-39.648
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-496.870	-414.626
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures - Captação	0	177.500
6.03.02	Emprést., financ. e debêntures - pagamento de principal	-248.940	-263.984
6.03.03	Emprést., financ. e debêntures - pagamento de juros	-55.880	-90.566
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	-41.003	-36.544
6.03.07	Dividendos pagos a acionistas controladores	-134.750	-182.000
6.03.08	Cessão onerosa - pagamento de juros	-16.297	-19.032
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-144.055	-27.336
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.493	89.442





**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	108.438	62.106



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-134.750	0	0	-134.750
5.04.06	Dividendos	0	0	-134.750	0	0	-134.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	312.110	0	312.110
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	312.110	0	312.110
5.07	Saldos Finais	246.750	0	105.884	312.110	0	664.744



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-182.000	0	0	-182.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-182.000	0	0	-182.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	261.821	0	261.821
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	261.821	0	261.821
5.07	Saldos Finais	246.750	0	278.840	261.821	0	787.411



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	1.109.256	1.003.308
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.103.121	998.213
7.01.02	Outras Receitas	6.135	5.095
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-169.539	-138.006
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-52.131	-42.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.649	-33.925
7.02.04	Outros	-73.759	-61.417
7.02.04.01	Custo de construção	-66.087	-42.853
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-7.672	-18.564
7.03	Valor Adicionado Bruto	939.717	865.302
7.04	Retenções	-89.269	-83.840
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-89.269	-83.840
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	850.448	781.462
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	236.002	135.814
7.06.02	Receitas Financeiras	236.002	135.814
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.086.450	917.276
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.086.450	917.276
7.08.01	Pessoal	42.828	36.693
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.438	24.943
7.08.01.02	Benefícios	10.449	9.834
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.353	1.365
7.08.01.04	Outros	588	551
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	244.981	212.693
7.08.02.01	Federais	192.776	164.639
7.08.02.02	Estaduais	205	200
7.08.02.03	Municipais	52.000	47.854
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	486.531	406.069
7.08.03.01	Juros	390.455	313.010
7.08.03.02	Aluguéis	795	677
7.08.03.03	Outras	95.281	92.382
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	95.281	92.382
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	312.110	261.821
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	312.110	261.821





**Comentário do Desempenho****1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN****Abril a Junho/2017**

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T16.

**1.1 - Principais indicadores:**

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 487,7 milhões (+10,0%);
- O EBIT atingiu R\$ 313,5 milhões (+10,7%) e a margem EBIT 60,0% (-0,6 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 365,0 milhões (+7,9%) e a margem EBITDA ajustada 74,8% (-1,5 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 162,7 milhões (26,2%);

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>2T17</b>	<b>2T16</b>	<b>Var.%</b>
Receita Líquida Operacional*	487,7	443,4	10,0%
EBIT	313,5	283,1	10,7%
Margem EBIT	60,0%	60,6%	-0,6 p.p.
EBITDA (ajustado)	365,0	338,4	7,9%
Margem EBITDA (ajustada)	74,8%	76,3%	-1,5 p.p.
Lucro Líquido	162,7	128,9	26,2%

\*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

**1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)**

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>2T17</b>	<b>2T16</b>	<b>Var.%</b>
Veículos de Passeio (Eq)	30.532.113	29.885.493	2,2%
Veículos Comerciais (Eq)	34.978.366	35.416.330	-1,2%
Veículos Equivalentes	65.510.479	65.301.823	0,3%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

**Tráfego consolidado (1,4%)**

O tráfego consolidado apresentou um aumento de 1,4% sobre o mesmo período do ano anterior.



## Comentário do Desempenho

### Veículos de passeio (0,2%)

A categoria apresentou um aumento de 0,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### Veículos comerciais (2,4%)

A categoria apresentou um aumento de 2,4% no 2T17 em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à conjuntura econômica.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	2T17	2T16	Var.%
Receita de Pedágio	521.245	474.021	10,0%
Receitas Acessórias	6.811	5.976	14,0%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>528.056</b>	<b>479.997</b>	<b>10,0%</b>

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	2T17	2T16	Var.%
<b>Total</b>	<b>34.758</b>	<b>24.066</b>	<b>44,4%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBA, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 2T17 os principais investimentos realizados pela companhia foram as implantações: do Complexo Jundiá e da 3ª faixa do km 128 ao 138, na Rodovia Anhanguera; da faixa adicional do km 50+800 ao 53+700, pista Norte, do km 87+600 ao 89+000 pista Sul na Rodovia dos Bandeirantes e faixa adicional do km 62 ao 64 na Rodovia Dom Gabriel.

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T17 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 10,0% maior do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 40,3 milhões.





## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	2T17	2T16	Var.%
Custo de Construção	34.758	24.066	44,4%
Provisão de Manutenção	4.033	11.160	-63,9%
Depreciação e Amortização	46.389	42.943	8,0%
Custo da Outorga	47.783	45.635	4,7%
Serviços de Terceiros	34.265	28.356	20,8%
Pessoal	25.623	20.961	22,2%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.875	3.802	28,2%
Outros	11.324	7.428	52,5%
<b>Custos Totais</b>	<b>209.050</b>	<b>184.351</b>	<b>13,4%</b>

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram um aumento de 44,4% no 2T17 comparado ao 2T16. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela implantação do Complexo Jundiá.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu uma redução de 63,9% no 2T17, refletindo os ciclos de manutenção programada da Companhia.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 2T17, em comparação ao 2T16 se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 3T16 e o 2T17.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como pelo reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2016.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 2T17 estão 20,8% superiores ao 2T16, principalmente em razão da variação dos custos com serviços de Tecnologia da Informação e serviços de gerenciamento de obras, que está relacionado diretamente ao nível de investimentos realizados.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 2T17 estão 28,2% superiores ao 2T16 substancialmente pela concentração da compra de materiais para manutenção e conservação em 2017.

**Pessoal:** Os valores do 2T17 estão 22,2% superiores ao 2T16 substancialmente pela participação nos resultados e dissídio.

**Outros:** Os valores do 2T17 estão 52,5% superiores ao 2T16, devido, principalmente, ao valor residual de bens baixados do ativo imobilizado.





**Comentário do Desempenho****EBITDA**

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>2T17</b>	<b>2T16</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	162,7	128,9	26,2%
(+) IR/CS	83,8	65,8	27,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	67,0	88,4	-24,2%
(+) Depreciação e Amortização	46,4	42,9	8,2%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>359,9</b>	<b>326,0</b>	<b>10,4%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>68,9%</b>	<b>69,7%</b>	<b>-0,8 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,1	1,2	-8,3%
(+) Provisão de Manutenção (c)	4,0	11,2	-64,3%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>365,0</b>	<b>338,4</b>	<b>7,9%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (d)</b>	<b>74,8%</b>	<b>76,3%</b>	<b>-1,5 p.p.</b>

**EBIT**

<b>Reconciliação EBIT (R\$ MM)</b>	<b>2T17</b>	<b>2T16</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	162,7	128,9	26,2%
(+) IR/CS	83,8	65,8	27,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	67,0	88,4	-24,2%
<b>EBIT (a)</b>	<b>313,5</b>	<b>283,1</b>	<b>10,7%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>60,0%</b>	<b>60,6%</b>	<b>-0,6 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.



## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>2T17</b>	<b>2T16</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>76,7</b>	<b>174,5</b>	<b>-56,0%</b>
Juros e Variações monetárias	57,7	69,2	-16,6%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	9,0	4,4	100,0%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	7,2	9,6	-25,0%
Perda com operações de derivativos	1,7	51,4	-96,7%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	0,6	1,8	-66,7%
Capitalização de custos dos empréstimos	-3,1	-2,5	24,0%
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	2,7	39,6	-93,2%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,9	1,0	-10,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-9,8</b>	<b>-86,0</b>	<b>-88,6%</b>
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	0,0	-15,5	100,0%
Ganho com operações de derivativos	-4,2	-34,5	-87,8%
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	-0,8	-31,9	-97,5%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-4,2	-3,6	16,7%
Juros e outras receitas financeiras	-0,6	-0,5	20,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>66,9</b>	<b>88,5</b>	<b>-24,4%</b>

O Resultado Financeiro Líquido no 2T17 variou -24,4% comparado com o 2T16, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas e amortização de parte do endividamento.

### 2. Investimentos

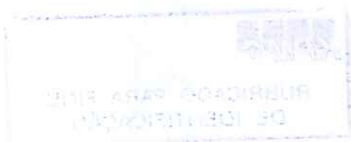
A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>2T17</b>	<b>2T16</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.654	1.545	7,1%
Total de vítimas	1.037	943	10,2%

### 4. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.



### Comentário do Desempenho

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

#### A Diretoria.





## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2017

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

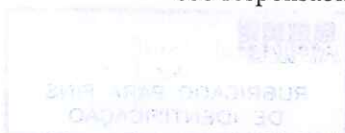
A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21.
  - Recuperação do trevo do km 62.
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.





## Notas Explicativas

### Outras informações relevantes

#### i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAN, solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação em 14 de dezembro de 2012, a AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado de São Paulo e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou embargos de declaração que foram rejeitados pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado de São Paulo e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo após o cumprimento das duas providências anteriores.

Tal recurso seria julgado em 06 de fevereiro de 2017. Porém, em 31 de janeiro de 2017, a Companhia apresentou pedido de tutela de urgência ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão, por ora, do julgamento da apelação interposta pela AutoBAN, até que haja manifestação pelo Estado de São Paulo e ARTESP quando então o Ministro relator examinará se o pedido liminar concedido será ou não mantido. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da AutoBAN, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Contra essa decisão, a AutoBAN e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo seja reconhecida a competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados. No STJ, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram manifestação quanto à liminar que determinou a suspensão do julgamento do recurso de apelação e esta permanece em vigor.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem



## Notas Explicativas

Julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela AutoBAN foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a AutoBAN interpôs recurso de agravo denegatório de recurso especial e recurso extraordinário.

### ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, tombada sob o nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAN, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAN foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (“TJSP”) ao Estado de SP. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que foram levados à apreciação da Câmara julgadora em 04 de outubro de 2016, tendo sido o julgamento desses recursos convertido em diligência, para que seja realizada prova pericial destinada a apurar se está correto o índice de atualização monetária aplicado pelo Estado às tarifas cobradas pela AutoBAN, por ocasião do reajuste de 2014. Contra essa decisão a AutoBAN opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 04 de abril de 2017. Aguarda-se a remessa dos autos à primeira instância.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 09 de agosto de 2017.

## 3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



## Notas Explicativas

### 4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 1.302.528 (R\$ 473.405 em 31 de dezembro de 2016), substancialmente composto por debêntures, detalhados na nota explicativa nº 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	9.599	7.913
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	98.839	244.580
	<u>108.438</u>	<u>252.493</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,80% do CDI, equivalente a 12,29% ao ano (13,78% ao ano em 31 de dezembro de 2016).

### 7. Contas a receber

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.820	2.012
Pedágio eletrônico – outros (b)	121.560	121.836
	<u>123.380</u>	<u>123.848</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(102)	(546)
	<u>123.278</u>	<u>123.302</u>

### Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a vencer	122.893	122.936
Créditos vencidos até 60 dias	358	334
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	27	32
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	59	164
Créditos vencidos há mais de 181 dias	43	382
	<u>123.380</u>	<u>123.848</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;



## Notas Explicativas

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;

(c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	246.465	472.134	194.660	395.668
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(83.798)	(160.526)	(66.184)	(134.527)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(480)	(551)	(81)	(147)
Despesas indedutíveis	(245)	(447)	(533)	(709)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	994	1.841	1.058	1.602
Outros ajustes tributários	(240)	(341)	(54)	(66)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(83.769)	(160.024)	(65.794)	(133.847)
Impostos correntes	(67.005)	(142.791)	(62.968)	(130.653)
Impostos diferidos	(16.764)	(17.233)	(2.826)	(3.194)
	(83.769)	(160.024)	(65.794)	(133.847)
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%	34%	34%

#### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/06/2017	31/12/2016
<b>Efeito ativo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	89.769	106.354
Valor justo de operações com derivativos	92.119	59.787
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	11.098	10.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	141	277
Provisão para participação nos resultados (PLR)	821	1.548
Outros	1.571	1.782
	195.519	180.305
<b>Efeito passivo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(208.425)	(216.256)
Valor justo de operações com derivativos	(94.625)	(64.050)
Ganho nas operações de derivativos	(48.318)	(38.449)
Outros	(6.552)	(6.718)
	(357.920)	(325.473)
<b>Passivo diferido líquido</b>	(162.401)	(145.168)



## Notas Explicativas

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	4.585	4.583				
Não Circulante	40.499	42.793	1.239.735	1.147.535	1.280.234	1.190.328

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações							
	01/04/2017 a 30/06/2017				01/01/2017 a 30/06/2017			
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
Controladora								
CCR	5.248 (a)	-	-	4.716 (c)	10.497 (a)	-	-	4.716 (c)
Outras partes relacionadas								
CPC	10.426 (b)	-	402	-	23.641 (b)	-	799	-
RodoAnel Oeste	-	-	-	2.528 (c)	-	-	-	11.312 (c)
Samm	-	-	361 (e)	-	-	-	715 (e)	-
Camargo Correa	-	19.410 (g)	-	-	-	40.659 (g)	-	-
Total 30 de junho de 2017	15.674	19.410	763	7.244	34.138	40.659	1.514	16.028
Total 01 de abril de 2016 a 30 de junho 2016	12.698	-	682	9.603				
Total 01 de janeiro de 2016 a 30 de junho 2016					25.433	-	1.365	19.028





**Notas Explicativas**

	30/06/2017		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b>			
CCR	13 (a)	275.238 (c)	1.680 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CPC	315 (b)	-	2.109 (b)
MSVia	63 (f)	-	2 (f)
Serveng Cilvilsan	-	-	5.785 (d)
Samm	2.237 (e)	-	-
Camargo Correa	-	-	5.977 (g)
Total circulante, 30 de junho de 2017	1.397	4.716	15.553
Total não circulante, 30 de junho de 2017	1.231	270.522	-
Total, 30 de junho de 2017	<u>2.628</u>	<u>275.238</u>	<u>15.553</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>2.219</u>	<u>275.507</u>	<u>12.816</u>

**Despesas com profissionais chave da administração:**

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Remuneração: (h)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	535	1.122	511	1.075
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	284	569	(526)	527
Complemento de PPR pago no ano	1.636	1.636	62	62
Previdência privada	-	-	11	26
Seguro de vida	1	2	1	2
	<u>2.456</u>	<u>3.329</u>	<u>59</u>	<u>1.692</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	30/06/2017	31/12/2016
Remuneração dos administradores (h)	742	1.267

Na AGO realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019,

RUBRICADO PARA FINS  
DE IDENTIFICAÇÃO

## Notas Explicativas

quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste cedeu a cessão para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% ao ano.

- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiaí, no valor total de R\$ 125.952, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

### 11. Ativo imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2016		30/06/2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.079	-	-	(2)	3.077
Máquinas e equipamentos	51.124	-	(171)	969	51.922
Veículos	17.151	-	-	2.627	19.778
Equipamentos operacionais	143.700	-	(242)	1.350	144.808
Imobilizações em andamento	14.125	5.943	(3.292)	(4.241)	12.535
	<u>229.179</u>	<u>5.943</u>	<u>(3.705)</u>	<u>703</u>	<u>232.120</u>
	31/12/2015		30/06/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2016	<u>220.133</u>	<u>3.165</u>	<u>(416)</u>	<u>(3.901)</u>	<u>218.981</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 799 no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 554 no semestre findo em 30 de junho de 2016). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2017 foi de 0,58% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,64% a.m. no 1º semestre de 2016.





## Notas Explicativas

## Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		30/06/2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.729)	(112)	-	(1.841)
Máquinas e equipamentos	13	(24.153)	(2.798)	67	(26.884)
Veículos	22	(11.236)	(1.704)	-	(12.940)
Equipamentos operacionais	11	(100.187)	(9.815)	105	(109.897)
		(137.305)	(14.429)	172	(151.562)
		31/12/2015		30/06/2016	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Movimento em 2016		(108.390)	(14.714)	320	(122.784)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## 12. Ativos Intangíveis

## Movimentação do custo

	31/12/2016		30/06/2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	3.105.271	70.159	(1.461)	3.173.969
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.798	240	663	13.701
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.355	-	95	5.450
	3.123.424	70.399	(703)	3.193.120
	31/12/2015		30/06/2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2016	3.007.751	44.189	3.900	3.055.840

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.336 no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 4.541 no semestre findo em 30 de junho de 2016). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2017 foi de 0,58% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,64% a.m. no 1º semestre de 2016.

## Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2016		30/06/2017	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(988.384)	(73.908)	-	(1.062.292)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(8.729)	(838)	-	(9.567)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.028)	(94)	-	(5.122)
		(1.002.141)	(74.840)	-	(1.076.981)
		31/12/2015		30/06/2016	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2016		(856.402)	(69.126)	1	(925.527)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.



## Notas Explicativas

## 13. Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	30/06/2017	31/12/2016
<b>Em moeda nacional</b>						
1. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	2,1566% (a)	535	Fevereiro de 2017	-	7.017 (c)
1. BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	Fevereiro de 2017	-	661 (c)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	Julho de 2017	5	34 (d)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>					<b>5</b>	<b>7.712</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Merrill Lynch (b)	LIBOR+2,60% a.a.	N/I	-	Abril de 2018	168.594	167.923 (e)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>					<b>168.594</b>	<b>167.923</b>
<b>Total geral</b>					<b>168.599</b>	<b>175.635</b>
					<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					168.599	13.773
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					-	161.862

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

**Garantias:**

- (c) Fiança bancária.
- (d) Garantia real.
- (e) Não existem garantias.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2017, ocorreu a seguinte operação abaixo descrita:

1. Em 15 de fevereiro de 2017, ocorreu a liquidação total do financiamento.



## Notas Explicativas

### 14. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		Vencimento Final	30/06/2017	31/12/2016
				30/06/2017	Final			
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	4.731	37		Setembro de 2017	121.093	363.862 (c)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	2,8172% (a)	662	47		Outubro de 2017	183.945	177.549 (c)
4a Emissão - (Notas promissórias)	106,50% do CDI	0,0788% (b)	735	367		Janeiro de 2018	862.333	812.898 (c)
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	2.680		Outubro de 2018	586.760	565.823 (c)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	3.840		Outubro de 2019	460.425	442.323 (c)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-		Outubro de 2019	208.518	204.913 (c)
<b>Total geral</b>				<b>6.971</b>			<b>2.423.074</b>	<b>2.567.368</b>
							<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>								
Debêntures e notas promissórias							1.220.337	593.478
Custos de transação							(4.024)	(4.446)
							<b>1.216.313</b>	<b>589.032</b>
<b>Não Circulante</b>								
Debêntures e notas promissórias							1.209.708	1.983.145
Custos de transação							(2.947)	(4.809)
							<b>1.206.761</b>	<b>1.978.336</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

#### Garantias:

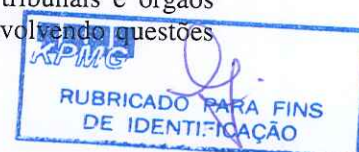
- (e) Não existem garantias.

#### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2017
2018	562.486
2019	647.222
	<b>1.209.708</b>

### 15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.







## Notas Explicativas

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 17. Patrimônio líquido

#### a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	162.696	312.110	128.866	261.821
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	0,92969	1,78349	0,73638	1,49612

#### b. Dividendos

Em 26 de abril de 2017, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2016 no montante de R\$ 134.750, correspondente a R\$ 0,77 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2017.

### 18. Receitas

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas de pedágio	521.245	1.023.488	474.021	943.484
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	34.758	66.087	24.066	42.853
Receitas acessórias	6.811	13.546	5.976	11.876
<b>Receita bruta</b>	<b>562.814</b>	<b>1.103.121</b>	<b>504.063</b>	<b>998.213</b>
Impostos sobre receitas	(40.342)	(79.227)	(36.606)	(72.921)
Abatimentos	(7)	(19)	(1)	(3)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(40.349)</b>	<b>(79.246)</b>	<b>(36.607)</b>	<b>(72.924)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>522.465</b>	<b>1.023.875</b>	<b>467.456</b>	<b>925.289</b>





## Notas Explicativas

### 19. Resultado financeiro

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(48.205)	(105.606)	(45.020)	(92.541)
Juros sobre mútuos	(7.244)	(16.028)	(9.603)	(19.028)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(9.503)	(25.024)	(24.195)	(65.003)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(9.005)	(11.030)	(4.365)	(4.365)
Perda com operações de derivativos	(1.741)	(128.666)	(51.433)	(64.733)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(581)	(1.697)	(1.802)	(3.522)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.089	6.135	2.508	5.095
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(2.664)	(101.215)	(39.564)	(62.697)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(908)	(1.835)	(983)	(1.904)
	<u>(76.762)</u>	<u>(384.966)</u>	<u>(174.457)</u>	<u>(308.698)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	9.750	15.530	15.530
Ganho com operações de derivativos	4.168	133.103	34.460	70.806
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	817	79.635	31.882	40.555
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.180	12.200	3.595	7.981
Juros e outras receitas financeiras	647	1.314	545	942
	<u>9.812</u>	<u>236.002</u>	<u>86.012</u>	<u>135.814</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(66.950)</u>	<u>(148.964)</u>	<u>(88.445)</u>	<u>(172.884)</u>

### 20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

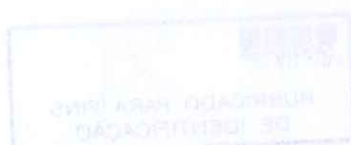
Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2017			31/12/2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	98.839	-	-	244.580	-	-
Contas a receber	-	123.278	-	-	123.302	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	2.628	-	-	2.219	-
Contas a receber - operações de derivativos	188.446	-	-	169.696	-	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(5)	-	-	(7.712)
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	(168.594)	-	-	(167.923)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(1.231.130)	-	(1.191.944)	(1.185.695)	-	(1.381.673)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(40.486)	-	-	(51.400)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(15.553)	-	-	(12.816)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(275.238)	-	-	(275.507)
Contas a pagar - operações com derivativos	(34.210)	-	-	(60.900)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.662)	-	-	(2.719)
	<u>(1.146.649)</u>	<u>125.906</u>	<u>(1.525.888)</u>	<u>(1.000.242)</u>	<u>125.521</u>	<u>(1.731.827)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:



## Notas Explicativas

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziram diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 166.273 (R\$ 164.917 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,60% a.a.	124,80% do CDI	166.273

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.235.266 em 30 de junho de 2017 (R\$ 1.213.881 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71% a.a.	71,80% do CDI	186.152
5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	589.146
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	459.968
			<u>1.235.266</u>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:





**Notas Explicativas**

	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	1.192.348	1.196.924	1.382.576	1.387.832

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

**Hierarquia de valor justo**

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/06/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	98.839	244.580
Derivativos	154.236	108.796
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(168.594)	(167.923)
Debêntures	(1.231.130)	(1.185.695)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia contratou operações de swap para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:



Notas Explicativas

SALF	AutobAn	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Reavaliado			
						Mercado estrangeira	Mercado local	Mercado local	Mercado local	Mercado local	Recebíveis (Pagar)	Pagar (Recebíveis)	Valores a pagar (pagos)	Efeito acumulado ganho (perda)	30/06/2017	30/06/2016	
						30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
		Merril Lynch	11/09/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 271% a.a. 71,80% de CDI	-	163.122	183.550	177.750	(4.851)	(5.515)	19.187	15.398	-	(1.065)	521	
		Itaú	11/09/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a. 88,75% de CDI	-	514.070	589.442	569.859	(14.769)	(17.554)	83.881	77.116	(11.558)	(23.971)	4.409	11.485
		Vocentim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,828% a.a. 98,90% de CDI	-	100.000	123.804	119.201	(3.016)	(3.632)	24.094	21.673	(2.143)	(6.855)	2.116	4.337
		Vocentim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,828% a.a. 97,65% de CDI	-	100.000	123.804	119.201	(3.016)	(3.544)	24.249	21.891	(2.046)	(6.711)	2.100	4.208
		Vocentim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,828% a.a. 97,65% de CDI	-	50.000	50.000	59.602	(1.779)	(1.779)	12.113	10.928	(1.027)	(3.368)	1.652	2.140
		Vocentim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,828% a.a. 92,86% de CDI	-	130.106	130.106	148.319	(3.753)	(4.529)	25.322	22.600	(2.692)	(6.070)	2.257	4.703
		Merril Lynch	26/04/2016	30/04/2018 (2)	CSB + Libor 3M + 2,60% a.a. 12,86% de CDI	50.000	165.310	169.757	166.576	(10.703)	-	-	-	(11.753)	(18.923)	(6.032)	(21.391)
								(184.399)									
							1.222.208	1.220.233	1.222.208	(31.003)	(38.534)	188.446	169.696	(31.210)	(60.900)	3.337	6.073

TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2017

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.
- (2) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários em de abril e outubro de cada ano até o vencimento final.



## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Riscos cambiais	(6.032)	(21.391)
Riscos de juros	10.469	27.464
<b>Total</b>	<u>4.437</u>	<u>6.073</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2018	166.273	Aumento da cotação do USD	-	(41.568)	(83.137)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Abril de 2018	(166.471)	Diminuição da cotação do USD	-	41.618	83.236
			Efeito de Ganho ou (Perda)	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>99</u>
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				<u>-</u>	<u>50</u>	<u>99</u>
Moedas em 30/06/2017:		Dólar		3,3082	4,1353	4,9623

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.





## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(6)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	186.152	(2.501)	(2.903)	(3.302)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	589.146	(41.171)	(45.758)	(50.346)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	668.487	(49.695)	(54.922)	(60.149)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	121.130	(2.764)	(3.424)	(4.073)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Janeiro de 2018	862.700	(49.616)	(61.715)	(73.700)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(185.731)	2.076	2.477	2.875
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(589.146)	41.171	45.758	50.346
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(306.645)	22.796	25.193	27.591
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(152.616)	11.345	12.539	13.732
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	165.559	(3.406)	(4.219)	(5.017)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	523.577	(46.278)	(57.764)	(69.219)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	255.120	(37.634)	(47.020)	(56.397)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	132.680	(12.572)	(15.703)	(18.830)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Abril de 2018	166.273	(5.335)	(5.768)	(6.201)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2018	181.563	(18.704)	(23.384)	(28.065)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Abril de 2018	(166.471)	5.648	6.158	6.668
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI <sup>(5)</sup>		98.831	10.335	12.923	15.513
Total do efeito de ganho ou (perda)				(176.305)	(217.532)	(258.574)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(186.640)	(230.455)	(274.087)
Efeito sobre as aplicações financeiras				10.335	12.923	15.513
Total do efeito de ganho ou (perda)				(176.305)	(217.532)	(258.574)
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :						
	CDI <sup>(2)</sup>			10,14%	12,68%	15,21%
	IPC-A <sup>(3)</sup>			3,00%	3,75%	4,50%
	LIBOR 3 meses <sup>(4)</sup>			1,2992%	1,6240%	1,9488%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2017, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 30/06/2017;
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/06/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.





## Notas Explicativas

### 21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a. Compromissos com o Poder Concedente

##### Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Outorga fixa	282.687	452.297	276.454	437.010

Esses compromissos, atualizados até 30 de junho de 2017, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2017	169.612	167.219
2018	113.075	109.235
	<u>282.687</u>	<u>276.454</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

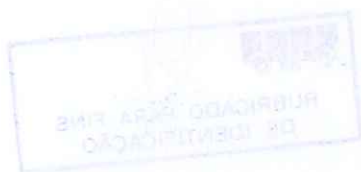
No semestre findo em 30 de junho de 2017 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 169.612 sendo R\$ 146.170 em caixa e R\$ 23.442 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 152.685 em 30 de junho de 2016, sendo R\$ 133.431 em caixa e R\$ 19.254 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

##### Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do 1º semestre findo em 30 de junho de 2017, foi pago ao Poder Concedente a montante de R\$ 15.635 referente ao direito de outorga variável (R\$ 14.559 em 30 de junho de 2016).



## Notas Explicativas

### b. Compromissos relativos às concessões

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	123.946	210.706

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### c. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

## 22. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no semestre findo em 30 de junho de 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/06/2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	5.994
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>5.994</u>
Adições ao ativo intangível	(5.994)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(5.994)</u>

- b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## 23. Eventos subsequentes

Em 19 de julho de 2017, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (sem garantia e sem preferência), em série única, para distribuição pública nos termos da Instrução da CVM nº 400, enquadrada na Lei nº 12.431/2011 e remuneradas pela variação do IPCA + 5,4705% a.a. sobre o valor atualizado. As debêntures totalizaram o valor nominal de R\$ 716.514 e foram integralizadas em 28 de julho de 2017. Os juros serão pagos semestralmente a partir de julho de 2018 até o vencimento final em julho de 2022, quando será amortizado integralmente o principal.





## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 03 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de agosto de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

CRC 1SP141128/O-2





## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017.

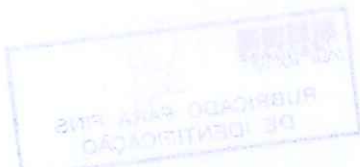
Jundiaí, 09 de agosto de 2017.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017.

Jundiaí, 09 de agosto de 2017.

**SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

